

ANEXO II - A1
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS 2015 a 2017
(Art. 4º, § 1º, da LC nº 101/00)

R\$ 1000,00

Especificação	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante (*)	% PIB (A/PIB) x 100	Valor Corrente (B)	Valor Constante (*)	% PIB (B/PIB) x 100	Valor Corrente (C)	Valor Constante (*)	% PIB (C/PIB) x 100
Receita Total	35.702.795	33.962.768	16,38	36.736.989	33.177.229	15,37	38.847.016	33.380.749	14,88
Receitas Primárias (I)	34.650.389	32.961.653	15,89	35.945.649	32.462.569	15,04	38.141.213	32.774.262	14,61
Despesa Total	35.702.795	33.962.768	16,38	36.736.989	33.177.229	15,37	38.847.016	33.380.749	14,88
Despesas Primárias (II)	33.837.808	32.188.674	15,52	34.920.341	31.536.611	14,61	37.060.599	31.845.704	14,20
Resultado Primário (III) = (I - II)	812.581	772.979	0,37	1.025.308	925.957	0,43	1.080.614	928.558	0,41
Resultado Nominal	(566.170)	(538.577)	(0,26)	(466.546)	(421.338)	(0,20)	(378.597)	(325.324)	(0,15)
Dívida Pública Consolidada	18.296.756	17.405.037	8,39	18.142.210	16.384.257	7,59	17.813.613	15.307.012	6,83
Dívida Consolidada Líquida	15.551.756	14.793.819	7,13	15.085.210	13.623.475	6,31	14.706.613	12.637.206	5,63
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)		0			0			0	
Despesas Primárias advindas de PPP (V)		372.797			466.507			571.499	
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)		(372.797)			(466.507)			(571.499)	

Fonte: Seplan/SPO e Sefaz

(*) Preços médios esperados em 2014 com base na projeção do IGP-DI

As metas fiscais previstas para o período 2015-2017 demonstradas no quadro acima tiveram seus cálculos desenvolvidos conforme a metodologia descrita a seguir.

Memória e Metodologia de Cálculo da Receita 2015-2017

As receitas cujos valores serviram de referência para o estabelecimento das metas fiscais para o Governo da Bahia, no período de 2015 a 2017, foram estimadas utilizando-se, em grande parte, a mesma metodologia adotada em anos anteriores.

Para subsidiar as estimativas das receitas do Tesouro Estadual para este triênio, em especial daquelas chamadas de suporte de receita (impostos do Estado, incluindo os transferidos pela União e os Royalties), adotou-se os procedimentos descritos detalhadamente a seguir:

I - Ajuste dos dados passados

A análise das receitas realizadas foi efetuada com base na série histórica do período de 2011 a 2013, observados os seguintes procedimentos:

- a) retirada do efeito variação de preços agregados para todos os anos, levando os valores a preços constantes;
- b) exclusão, se considerado necessário, dos registros atípicos que evidenciavam “picos” ou “vales” nos seus valores, explicados por fenômenos do tipo efeitos cumulativos de um ano para outro, mudanças transitórias de legislação, efeitos cíclicos não repetitivos para o período projetado, entre outros;
- c) manutenção de variações permanentes que pareciam mudar a tendência para cima ou para baixo, com relação aos anos recentes e que permaneceriam no horizonte futuro projetado;
- d) realização do processo de “alisamento” da série, retirando os fenômenos atípicos temporais e incluindo as variações permanentes, buscando-se um ajustamento de tendência através de modelos funcionais distintos, tais como lineares, quadráticos, log-lineares e exponenciais, escolhendo aquele que resultasse na melhor aderência, ou seja, que apresentasse o maior coeficiente de determinação;
- e) inclusão de dados relativos ao Orçamento 2014, se verificado que os valores estavam dentro de um intervalo de confiança da tendência estimada para os anos anteriores. Caso extrapolasse o intervalo, explicado pelo erro estatístico, buscou-se examinar se os mesmos estariam relacionados a uma nova atipicidade ou a uma mudança de caráter permanente;
- f) verificação dos números realizados até o primeiro bimestre de 2014, integrando-os, ou não, através de processos de análise, na previsão para 2015-2016.

II - Inclusão de variáveis que afetam o comportamento futuro

a) Efeito PIB

Para as receitas que sofrem influência do PIB, admitiu-se uma elasticidade unitária, de forma que as mesmas capturaram toda variação do PIB. As estimativas do PIB estadual foram elaboradas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - SEI, que levou em conta o cenário que a economia do Estado desenha nesse momento enquanto que, para o PIB Brasil, utilizou-se as estimativas contidas nos Relatórios do Banco Central do Brasil.

No caso do Estado da Bahia, considerou-se um crescimento real do PIB da ordem de 3,5% em 2015 e de 4,2% e 3,8% nos dois anos seguintes, respectivamente. Esta expectativa assenta-se nos resultados alcançados pela economia baiana em 2013 e na maturação dos investimentos estratégicos. Entretanto, levou-se em conta, também, os riscos advindos da volatilidade da conjuntura internacional. Deste modo, tendo em vista os princípios do equilíbrio fiscal e a gestão responsável das contas públicas, optou-se pelo cenário mais cauteloso.

b) Efeito Expectativa de Inflação

Como expectativa inflacionária para o período 2015-2017, adotou-se a variação na média esperada do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), extraída do Relatório do Banco Central do Brasil - BACEN.

Além destas variáveis, outras também foram consideradas para o cálculo das metas fiscais, conforme estão apresentadas no quadro a seguir.

Parâmetros Macroeconômicos

Parâmetros	2015	2016	2017
IGP - DI (%)	5,1	5,3	5,1
IPCA (%)	5,8	4,5	4,5
INPC (%)	5,5	5,0	5,0
Selic (%)	12,0	10,0	10,0
PIB BR (%)	2,3	3,5	3,5
Câmbio (real/dólar em 31/12)	2,50	2,30	2,30
Salário Mínimo (R\$ 1,00)	779,79	839,13	911,93
PIB Ba (crescimento % anual)	3,5	4,2	3,8
Agropecuária	4,0	4,2	5,0
Indústria	3,5	3,9	4,1
Serviços	3,4	4,5	3,5
Projeção do PIB Ba (R\$ bilhões)	218,0	239,0	261,0

Fonte: Seplan/SEI, Seplan/SPO e BACEN

As receitas provenientes de transferências voluntárias da União foram incluídas no Sistema Informatizado de Planejamento - SIPLAN Integração, diretamente pelos órgãos e entidades públicas estaduais competentes para a negociação e gestão dos recursos correspondentes. Esses valores informados, após serem discutidos e avaliados pelas Secretarias do Planejamento e da Fazenda, foram acatados ou revisados, de forma a garantir a adequação à respectiva série histórica. Este mesmo procedimento foi também adotado para as receitas próprias das entidades da Administração Indireta.

Com relação às receitas de operações de crédito, para o período 2015-2017, incluíram-se as já negociadas e autorizadas pelo Poder Legislativo, bem como aquelas em estudo ou em tramitação na esfera federal, levando-se em conta, em ambos os casos, o grau de endividamento do Estado, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/00, das Resoluções pertinentes do Senado Federal e do Programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal.

Para as demais receitas, observando-se as especificidades de cada item, aplicou-se um dos seguintes modelos de projeção: variação de preços, crescimento vegetativo, orçado do ano em execução corrigido, realizado do ano anterior corrigido, média de execução dos três últimos anos, dentre outros.

ANEXO II - A2
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
(Art. 4º, § 1º da LC nº 101/00)

Evolução Projetada do Estoque da Dívida - 2014 a 2017
(a preços correntes)

R\$ 1.000,00

Ano	Saldo Projetado			Ativo Financeiro Líquido	Dívida Consolidada Líquida
	Dívida Interna	Dívida Externa	Total		
2014	11.803.738	5.642.515	17.446.253	1.328.327	16.117.926
2015	11.856.469	6.440.287	18.296.756	2.745.000	15.551.756
2016	11.474.973	6.667.237	18.142.210	3.057.000	15.085.210
2017	10.989.869	6.823.744	17.813.613	3.107.000	14.706.613

Fonte: Sefaz / SAF / Depat / Gepub

Evolução Projetada do Estoque da Dívida - 2014 a 2017
(a preços médios esperados 2014) *

R\$ 1.000,00

Ano	Saldo Projetado			Ativo Financeiro Líquido	Dívida Consolidada Líquida
	Dívida Interna	Dívida Externa	Total		
2014	11.803.738	5.642.515	17.446.253	1.328.327	16.117.926
2015	11.278.627	6.126.410	17.405.037	2.611.218	14.793.819
2016	10.363.065	6.021.192	16.384.257	2.760.781	13.623.475
2017	9.443.455	5.863.557	15.307.012	2.805.936	12.501.076

Fonte: Sefaz / SAF / Depat / Gepub

* Corrigida pelo IGP-DI

ANEXO II - B
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
METAS ANUAIS
(Art. 4º, § 2º, inciso I da LC nº 101/00)

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais de 2013

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF estabeleceu, em seu art. 4º, § 2º, inciso I, que o Anexo de Metas Fiscais conterá, além do demonstrativo de metas anuais, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

As metas fiscais do Estado da Bahia para o exercício de 2013 foram originalmente estabelecidas através da Lei nº 12.584, de 04 de julho de 2012 (LDO), que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para aquele exercício. Mudanças no cenário macroeconômico levaram a Lei Orçamentária Anual (LOA) - Lei nº 12.612, de 28 de dezembro de 2012, a incorporar ajustes nas metas fiscais. Os parâmetros fixados na referida LOA são objeto dos comentários a seguir:

Resultado Fiscal

O Resultado Primário, no exercício de 2013, foi de R\$300.875 mil. A meta original fixada na LDO foi de superávit primário de R\$530.249 mil. Entretanto, na meta estabelecida pela LOA, ocorreram alterações que resultaram em um déficit primário de R\$1.688.308 mil.

Metas Fiscais
Exercício de 2013

Descrição	Previsão Atualizada (a)	Realizado (b)	R\$ 1.000,00
			Taxa de Realização %(b/a)
Receitas Fiscais	32.999.573	32.048.818	97,12
Despesas Fiscais	38.140.894	31.747.943	83,24
Resultado Primário	(5.141.321)	300.875	(5,85)
Resultado Nominal	2.434.697	259.818	10,67

Fonte: Sefaz / SAF / Copaf

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos. Com relação ao exercício de 2013 houve um acréscimo do estoque desta dívida no montante de R\$259.818 mil.

Receita Total

A arrecadação total do Estado no exercício de 2013 atingiu o montante de R\$35.223.977 mil que, comparado ao valor previsto de R\$37.319.343 mil, correspondeu a 94,39% do estimado para o ano. Portanto, o valor arrecadado foi inferior ao previsto atualizado na ordem de 5,61%, provocado principalmente pelas receitas de capital, que tiveram uma taxa de realização de 65,90%.

As receitas correntes, que decorrem principalmente dos impostos arrecadados diretamente pelo Estado, alcançaram o valor de R\$31.869.180 mil, correspondendo a 98,88% do valor orçado atualizado.

**Execução Orçamentária da Receita
Exercício de 2013**

R\$ 1.000,00

Receitas	Previsão Atualizada (a)	Realizado (b)	Taxa de Realização %(b/a)
Receitas Correntes	32.228.830	31.869.180	98,88
Receita Tributária	17.752.858	18.476.906	104,08
<i>ICMS</i>	<i>15.114.480</i>	<i>15.682.058</i>	<i>103,76</i>
<i>Outras Tributárias</i>	<i>2.638.379</i>	<i>2.794.848</i>	<i>105,93</i>
Receita de Contribuições	2.083.531	2.107.309	101,14
Receita Patrimonial	465.225	447.586	96,21
Receita Agropecuária	865	569	65,79
Receita Industrial	105	9	8,40
Receita de Serviços	155.893	172.097	110,39
Transferências Correntes	11.829.441	11.251.057	95,11
<i>FPE</i>	<i>6.505.437</i>	<i>6.260.708</i>	<i>96,24</i>
<i>Transferências Multigovernamentais - Fundeb</i>	<i>2.768.186</i>	<i>2.541.022</i>	<i>91,79</i>
<i>Outras Transferências</i>	<i>2.555.818</i>	<i>2.449.327</i>	<i>95,83</i>
Outras Receitas Correntes	1.081.447	941.491	87,06
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(3.595.144)	(3.765.068)	104,73
Receita Intraorçamentária Corrente	2.454.609	2.237.225	91,14
Receitas de Capital	5.090.513	3.354.797	65,90
Operações de Crédito	3.814.756	2.657.101	69,65
Alienação de Bens	9.993	20.176	201,91
Amortização de Empréstimos	120.633	170.999	141,75
Transferências de Capital	1.145.132	506.521	44,23
Outras Receitas de Capital	0	0	0
Total	37.319.343	35.223.977	94,39

Fonte: Fiplan / Sefaz / SAF / Copaf

Contribuindo com a parcela mais significativa, as receitas tributárias em 2013 atingiram o montante de R\$18.476.906 mil, ou seja, 104,08% do valor previsto de R\$17.752.585 mil. O ICMS, principal item da receita estadual, apresentou uma arrecadação de R\$15.682.058 mil, equivalente a 103,76% do valor previsto para o exercício.

As transferências correntes, segunda maior fonte de receita do Estado, representadas principalmente pelas transferências constitucionais da União, figuraram, em seu conjunto, com um total realizado de 95,11% do previsto atualizado, ou seja, inferior em 4,89%. Pode-se destacar, dentre as transferências correntes, o Fundo de Participação dos Estados - FPE, com uma realização total de R\$6.260.708 mil, situando-se 3,76% abaixo da previsão orçamentária, refletindo as desonerações determinadas pelo Governo Federal.

Nas receitas de capital, cuja realização total foi de R\$3.354.797 mil, equivalentes a 65,90% do previsto, a maior participação foi das operações de crédito, com realização de R\$2.657.101 mil, correspondendo a 69,65% do esperado, seguida das transferências de capital, que atingiram o montante de R\$506.521 mil, equivalente a 44,23% do previsto.

Despesa Total

A despesa realizada em 2013 totalizou R\$34.237.808 mil, correspondendo a 83,34% do previsto, considerando-se as dotações orçamentárias atualizadas. As despesas correntes representaram 87,24% e as despesas de capital 12,76% do total das despesas, sendo que as primeiras obtiveram uma realização mais destacada, alcançando 93,34% do previsto.

Execução Orçamentária da Despesa Exercício de 2013

Despesas	Dotação Atualizada (a)	Valor Realizado (b)	RS 1.000,00
			Taxa de Realização %(b/a)
Despesas Correntes	32.002.024	29.869.150	93,34
Pessoal e Encargos	16.431.269	16.027.930	97,55
Juros e Encargos da Dívida	541.818	497.804	91,88
Outras Despesas Correntes	15.028.937	13.343.416	88,78
<i>Transferências Constitucionais aos Municípios</i>	4.608.668	4.453.587	96,64
<i>Outras Despesas Correntes</i>	10.420.269	8.889.829	85,31
Despesas de Capital	9.079.929	4.368.658	48,11
Investimentos	6.141.663	2.037.263	33,17
Inversões Financeiras	857.426	649.861	75,79
Amortização da Dívida	2.080.841	1.681.534	80,81
Reserva de Contingência	0	0	0,00
Total	41.081.953	34.237.808	83,34

Fonte: Fiplan / Sefaz / SAF / Copaf

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites para os gastos com pessoal e para o grau de endividamento dos entes, comparativamente à Receita Corrente Líquida. A seguir são apresentados dados que evidenciam a situação do Estado da Bahia.

Despesa de Pessoal e Encargos Sociais

As despesas com pessoal e encargos sociais atingiram, no ano de 2013, o montante de R\$16.027.930 mil, correspondendo a 97,55% do valor orçado para o mesmo período. O quadro a seguir demonstra, por Poder, a relação do gasto de pessoal relativamente à Receita Corrente Líquida (RCL), com base na metodologia e limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, evidenciando que todos os Poderes permaneceram abaixo do limite máximo permitido.

Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida
Exercício de 2013

Poder	% Realizado	Limite Prudencial	Limite Legal
Executivo ⁽¹⁾	45,34	46,17	48,60
Legislativo	2,57	3,23	3,40
Judiciário	5,63	5,70	6,00
Ministério Público	1,45	1,90	2,00
Total	54,99	57,00	60,00

Fonte: Fiplan / Sefaz / SAF / Copaf

(1) Inclui o Poder Executivo e a Defensoria Pública. Considerando apenas o Poder Executivo, o percentual foi de 44,93% da RCL.

Dívida Pública

A dívida consolidada do Estado da Bahia em 31.12.2013 registrou um montante de R\$15.033.684 mil, sendo R\$9.722.655 mil referentes à dívida interna e R\$5.311.029 mil correspondentes à dívida externa.

Dívida Consolidada
Exercício de 2013

Tipo	Valor	R\$ 1.000,00
		%
Interna ⁽¹⁾	9.722.655	64,67
Externa	5.311.029	35,33
Total	15.033.684	100,00

Fonte: Fiplan

(1) Incluído o valor de R\$2.016.218 mil relativo a precatórios (outras)

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida - DCL e a Receita Corrente Líquida - RCL correspondeu a 0,47 em 2013. Essa relação não ultrapassou o limite fixado pelo Senado Federal de 2,00 vezes a RCL, conforme os dados em 31.12.2013.

Posição da Dívida Pública
Exercício de 2013

Item	Limite fixado	Situação atual
Relação Dívida Consolidada Líquida / RCL	2,0 vezes	0,47 vez
Operações de crédito realizadas no exercício / RCL	16,0%	11,51%
Garantias concedidas / RCL	22,0%	0,40%

Fonte: Sefaz / Copaf / Relatórios de Gestão Fiscal

A análise do resultado fiscal relativo ao exercício de 2013 demonstra o cumprimento das metas de gestão fiscal.

ANEXO II - C
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
METAS ANUAIS
(Art. 4º, § 2º, inciso II da LC nº 101/00)

R\$ 1.000,00

Especificação	Valores a Preços Correntes					
	2012	2013	2014*	2015	2016	2017
Receita Total	31.986.173	35.223.977	36.083.946	35.702.795	36.736.989	38.847.016
Receitas Primárias (I)	29.700.464	32.048.819	33.571.967	34.650.389	35.945.649	38.141.213
Despesa Total	30.380.177	34.237.808	36.083.946	35.702.795	36.736.989	38.847.016
Despesas Primárias (II)	28.421.520	31.747.943	34.521.268	33.837.808	34.920.341	37.060.599
Resultado Primário (I - II)	1.278.944	300.876	(949.301)	812.581	1.025.308	1.080.614
Resultado Nominal	1.699.462	259.818	5.240.758	(566.170)	(466.546)	(378.597)
Dívida Pública Consolidada	13.474.098	15.033.682	17.446.253	18.296.756	18.142.210	17.813.613
Dívida Consolidada Líquida	10.617.350	10.877.167	16.117.926	15.551.756	15.085.210	14.706.613

Especificação	Valores a Preços Constantes**					
	2012	2013	2014*	2015	2016	2017
Receita Total	36.416.324	37.804.876	36.083.946	33.962.768	33.177.229	33.380.749
Receitas Primárias (I)	33.814.040	34.397.071	33.571.967	32.961.653	32.462.569	32.774.262
Despesa Total	34.587.895	36.746.450	36.083.946	33.962.768	33.177.229	33.380.749
Despesas Primárias (II)	32.357.960	34.074.149	34.521.268	32.188.674	31.536.611	31.845.704
Resultado Primário (I - II)	1.456.080	322.922	(949.301)	772.979	925.957	928.558
Resultado Nominal	1.934.841	278.855	5.240.758	(538.577)	(421.338)	(325.324)
Dívida Pública Consolidada	15.340.289	16.135.216	17.446.253	17.405.037	16.384.257	15.307.012
Dívida Consolidada Líquida	12.087.875	11.674.149	16.117.926	14.793.819	13.623.475	12.637.206

Fonte: Seplan / Sefaz

* Lei Orçamentária Anual de 2014

**Preços médios esperados para 2014 com base na projeção do IGP-DI

A metodologia de cálculo das metas fiscais previstas para o período 2015-2017 encontra-se descrita no Anexo II-A1.

ANEXO II - D1
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
METAS ANUAIS
(Art. 4º, § 2º, inciso III da LC nº 101/00)

Evolução do Patrimônio Líquido (preços correntes)

R\$ 1,00

Patrimônio Líquido	2011	%	2012	%	2013	%
Patrimônio/Capital	(52.507.326.284)	100	(104.538.814.986)	100	(115.441.717.657)	100
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	0	0	0	0	0	0
Total	(52.507.326.284)	100	(104.538.814.986)	100	(115.441.717.657)	100

Regime Previdenciário

R\$ 1,00

Patrimônio Líquido	2011	%	2012	%	2013	%
Patrimônio/Capital	(57.013.561.324)	100	(108.909.007.599)	100	(120.944.829.717)	100
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	0	0	0	0	0	0
Total	(57.013.561.324)	100	(108.909.007.599)	100	(120.944.829.717)	100

Fonte: Sicof (2011 e 2012) / Fiplan (2013) / Sefaz / SAF / Copaf

ANEXO II - D2
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
METAS ANUAIS
(Art. 4º, § 2º, inciso III da LC nº 101/00)

R\$ 1,00			
Discriminação	2011	2012	2013
Receita Realizada			
Receita de Capital - Alienação de Ativos (I)	8.339.188	14.435.070	20.175.835
Alienação de Bens Móveis	5.064.867	7.623.713	9.132.888
Alienação de Bens Imóveis	3.274.321	6.811.357	11.042.947
Despesa Executada			
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos (II)	4.391.632	7.016.096	9.936.149
Despesa de Capital	4.391.632	7.016.096	9.936.149
Investimentos	3.468.925	7.016.096	9.936.149
Inversões Financeiras	922.707	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
Despesa Corrente dos Regimes de Previdência	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0	0	0
Saldo Financeiro a Aplicar			
No ano (III = I - II)	3.947.556	7.418.974	10.239.686
Até o ano (IV = III + saldo acumulado do ano anterior)	2.621.370	10.040.344	20.280.030

Fonte : Sicof (2011 e 2012) / Fiplan (2013) / Sefaz / SAF / Copaf

Nota: O valor acumulado de 2011 contempla o saldo financeiro dos exercícios anteriores.

ANEXO II - E
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL
METAS ANUAIS
(Art. 4º, § 2º, inciso IV da LC nº 101/00)

A Lei nº 10.955/07, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2008, criou, na estrutura da Secretaria da Administração do Estado da Bahia, a Superintendência de Previdência - SUPREV, com a finalidade de gerir, administrar e operacionalizar o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, incluindo a arrecadação e gestão dos recursos e a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários.

Com a citada Lei, o Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia deixou de integrar a estrutura da Secretaria da Fazenda e passou para a Secretaria da Administração, sendo alterada a sua denominação para Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, porém manteve a sigla FUNPREV. Também com o advento desta Lei foi criado outro fundo, o BAPREV - Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, sendo ambos administrados pela SUPREV.

Os fundos têm por finalidade reunir, arrecadar e capitalizar os recursos econômicos de qualquer natureza a serem utilizados no pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estatutários, civis e militares, de quaisquer dos Poderes do Estado da Bahia, com participação contributiva do Estado como patrocinador e dos funcionários ativos, inativos e pensionistas como participantes.

De acordo com o art. 5º combinado com os arts. 4º e 17 da reportada Lei, as receitas previstas para o BAPREV serão capitalizadas em uma conta exclusiva, a fim de que os seus recursos sejam destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estatutários, civis e militares, de quaisquer dos Poderes do Estado da Bahia, que ingressaram no serviço público a partir de 1º de janeiro de 2008.

Já o FUNPREV é constituído de duas contas, segundo o disposto no art. 7º combinado com os arts. 6º e 17 da citada Lei:

- 1) uma conta para o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estatutários, civis e militares, de quaisquer dos Poderes do Estado da Bahia, ingressos no serviço público até 31 de dezembro de 2007, incluindo seus dependentes, ficando o Governo do Estado encarregado de repassar os recursos para a cobertura do *déficit* previdenciário;
- 2) uma conta capitalizada, que receberá 2% da contribuição patronal e a receita decorrente da compensação financeira entre regimes de previdência, notadamente os valores repassados mensalmente pelo INSS, conta essa que deverá se capitalizar por pelo menos 10 anos, a partir de 1º de janeiro de 2008, com o objetivo de gerar recursos que venham, no futuro, reduzir o impacto do *déficit* previdenciário sobre as contas do Tesouro Estadual, buscando o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS. No período compreendido entre 2009 e 2014, os recursos creditados e acumulados nesta conta, desde a sua abertura, poderão ser utilizados para a finalidade exclusiva de pagamentos de benefícios previdenciários a cargo do FUNPREV, consoante

autorização disposta no art. 1º da Lei nº 11.474/09 e do art. 20 da Lei nº 12.204/11, tendo sido utilizado entre os exercícios de 2009 e 2013 o valor de R\$1.054.157.021,67.

Receitas e Despesas dos Fundos Previdenciários

Nos quadros abaixo estão demonstradas as receitas arrecadadas e as despesas executadas do FUNPREV e do BAPREV durante o exercício de 2013, os valores orçados para 2014 e a estimativa para o exercício de 2015.

FUNPREV - Receitas e Despesas

	R\$ 1.000,00		
Receita	2013	2014	2015
Receitas Previdenciárias RPPS (exceto intraorçamentárias) (I)	1.343.968	1.197.373	903.273
Receita Corrente	1.343.968	1.197.373	1.108.353
Receita de Contribuições dos Segurados	1.049.637	1.008.720	902.651
Pessoal Civil	741.682	861.238	759.716
Pessoal Militar	307.955	147.482	142.935
Outras Receitas de Contribuições	0	0	0
Receita Patrimonial	9.766	10.642	11.622
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	284.565	178.011	194.080
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	282.306	178.000	194.080
Outras	2.259	11	0
Receita de Capital	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
(-) Deduções da Receita	0	0	(205.080)
Receitas Previdenciárias RPPS - Intraorçamentárias (II)	1.855.277	1.639.986	1.281.134
Receita Corrente	1.855.277	1.639.986	1.281.134
Receita de Contribuições	1.855.277	1.639.986	1.281.134
Patronal	1.855.277	1.639.986	1.281.134
Pessoal Civil	1.313.882	1.371.105	1.071.088
Pessoal Militar	541.395	268.881	210.046
Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Regime de Débitos e Parcelamentos	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receita Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Receita de Capital	0	0	0
(-) Deduções da Receita	0	0	0
Total das Receitas Previdenciárias (III) = (I + II)	3.199.245	2.837.359	2.184.407

continuação

Despesa	2013	2014	2015
Despesas Previdenciárias RPPS (exceto intraorçamentárias) (IV)	4.373.160	4.911.882	5.878.725
Administração	0	0	0
Despesa Corrente	0	0	0
Despesa de Capital	0	0	0
Previdência	4.373.160	4.911.882	5.878.725
Pessoal Civil e Militar	4.373.160	4.911.882	5.878.725
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
Despesas Previdenciárias RPPS - Intraorçamentárias (V)	0	0	0
Administração	0	0	0
Despesa Corrente	0	0	0
Despesa de Capital	0	0	0
Total das Despesas Previdenciárias (VI) = (IV + V)	4.373.160	4.911.882	5.878.725
Resultado Previdenciário (VII) = (III - VI)	(1.173.915)	(2.074.523)	(3.694.318)
Aportes de Recursos para o RPPS	2013	2014	2015
Plano Financeiro	1.175.774	2.074.523	3.694.318
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	1.175.774	2.074.523	3.694.318
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Plano Previdenciário	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Total de Aportes para o RPPS	1.175.774	2.074.523	3.694.318
Reserva Orçamentária do RPPS	1.859	0	0
Bens e Direitos do RPPS	0	0	0

Fontes: Balanço Geral do Estado Exercício de 2013, Orçamentos 2014 e Estimativas 2015.

Nota:

1) Na compensação financeira do RGPS para o RPPS no ano de 2013, além do valor arrecadado no exercício, está sendo registrado também o *superávit* financeiro de anos anteriores no valor de R\$69,9 milhões.

2) No ano de 2013, houve a suplementação no valor de R\$69,87 milhões, sendo R\$68,53 milhões da Fonte 257 e R\$1,34 milhão da Fonte 241, referentes à compensação previdenciária e os recolhimentos da reserva composta de 2% da receita patronal do FUNPREV. Além disso, houve a transferência financeira no valor de R\$340 milhões em razão da liminar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0006978-95.2011.8.05.0000, que determinou a transferência dos policiais militares ingressos no setor público estadual a partir de 01.08.2008 e seus dependentes, antes vinculados ao BAPREV, para o FUNPREV. Essa determinação acarretou na transferência dos recursos acumulados e futuros recolhimentos previdenciários do BAPREV para o FUNPREV a partir de setembro de 2013.

As contribuições patronal e dos segurados, são as principais fontes de financiamento do FUNPREV e representaram 90,80% das receitas arrecadadas em 2013, seguidas pela compensação previdenciária do RGPS para o RPPS. Para 2014, o orçamento prevê esta participação em 93,35%, e em 99,97% para 2015. Entretanto, como estas receitas previdenciárias são insuficientes para o pagamento das despesas do Fundo, torna-se necessário o aumento, anualmente, dos aportes de recursos do Tesouro Estadual para cobertura do *déficit*, passando de 26,89% em 2013 para 42,23% em 2014, e estima-se 62,84% para 2015.

Quanto às despesas, ressalte-se a importante participação do Estado no financiamento dos benefícios previdenciários através não só da contribuição patronal como também de repasses do Tesouro, o que em 2013 representou 69,31% e cuja previsão é da ordem de 75,62% e 84,63% para os exercícios de 2014 e 2015, respectivamente.

BAPREV - Receitas e Despesas

R\$ 1.000,00

Receita	2013	2014	2015
Receitas Previdenciárias RPPS (exceto intraorçamentárias) (I)	129.744	124.899	142.656
Receita Corrente	129.744	124.899	142.656
Receita de Contribuições dos Segurados	83.675	103.899	120.606
Pessoal Civil	83.674	67.516	120.606
Pessoal Militar	1	36.383	0
Outras Receitas de Contribuições	0	0	0
Receita Patrimonial	46.068	21.000	22.050
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0	0	0
Outras	0	0	0
Receita de Capital	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
(-) Deduções da Receita	0	0	0
Receitas Previdenciárias RPPS - Intraorçamentárias (II)	104.610	128.166	103.868
Receita Corrente	104.610	128.166	103.868
Receita de Contribuições	104.610	128.166	103.868
Patronal	104.610	128.166	103.868
Pessoal Civil	104.610	84.066	103.868
Pessoal Militar	0	44.100	0
Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Regime de Débitos e Parcelamentos	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Receita de Capital	0	0	0
(-) Deduções da Receita	0	0	0
Total das Receitas Previdenciárias (III) = (I + II)	234.354	253.065	246.524

continuação

Despesa	2013	2014	2015
Despesas Previdenciárias RPPS (exceto intraorçamentárias) (IV)	1.044	3.761	5.852
Administração	0	0	0
Despesa Corrente	0	0	0
Despesa de Capital	0	0	0
Previdência	1.044	3.761	5.852
Pessoal Civil e Militar	1.044	3.761	5.852
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
Despesas Previdenciárias RPPS - Intraorçamentárias (V)	0	0	0
Administração	0	0	0
Despesa Corrente	0	0	0
Despesa de Capital	0	0	0
Total das Despesas Previdenciárias (VI) = (IV + V)	1.044	3.761	5.852
Resultado Previdenciário (VII) = (III - VI)	233.310	249.304	240.672
Aportes de Recursos para o RPPS	2013	2014	2015
Plano Financeiro	0	0	0
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Plano Previdenciário	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Total de Aportes para o RPPS	0	0	0
Reserva Orçamentária do RPPS	0	0	0
Bens e Direitos do RPPS	0	0	0

Fontes: Balanço Geral do Estado Exercício de 2013, Orçamentos 2014 e Estimativas 2015.

Obs.: Devido a liminar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0006978-95.2011.8.05.0000 à PM, foram transferidos os novos recolhimentos previdenciários e a quantia de R\$340 milhões do BAPREV para o FUNPREV.

Assim como no FUNPREV, as contribuições do patronal e dos servidores foram as principais fontes de financiamento do BAPREV em 2013, que representaram 80,34% das receitas deste Fundo. Para os anos de 2014 e 2015, está prevista uma participação de 91,70% e 91,06%, respectivamente.

Importante ressaltar que a totalidade da despesa do FUNPREV e do BAPREV é com o pagamento de inativos e pensionistas, uma vez que as despesas correntes e de capital destes Fundos foram consignados no orçamento da Secretaria da Administração a partir do advento da Lei nº 10.955/07.

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

FUNPREV

R\$ 1,00

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d exercício anterior + (c))
2013	3.199.245	4.373.160	(1.173.915)	(1.173.915)
2014	2.837.359	4.911.882	(2.074.523)	(3.248.438)
2015	2.184.407	5.878.725	(3.694.318)	(6.942.756)
2016	2.095.965	6.122.542	(4.026.577)	(10.969.333)
2017	2.027.133	6.304.817	(4.277.684)	(15.247.017)

Fontes: Balanço Geral do Estado Exercício de 2013, Orçamentos 2014 e Estimativas 2015, 2016 e 2017.

Nota: projeção atuarial elaborada em 31/12/2013.

BAPREV

R\$ 1,00

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d exercício anterior + (c))
2013	234.354	1.044	233.310	233.310
2014	253.065	3.761	249.304	482.614
2015	246.524	5.852	240.672	723.286
2016	262.821	8.114	254.707	977.993
2017	279.985	10.238	269.747	1.247.740

Fontes: Balanço Geral do Estado Exercício de 2013, Orçamentos 2014 e Estimativas 2015, 2016 e 2017.

Nota: projeção atuarial elaborada em 31/12/2013.

Avaliação Atuarial dos Fundos Previdenciários

A avaliação atuarial é um estudo técnico baseado em levantamento de dados estatísticos em que se busca mensurar os recursos necessários à garantia dos benefícios oferecidos pelo sistema de previdência. O exercício se fundamenta na adoção de premissas, hipóteses de ocorrências admissíveis e variáveis a ponderar, que sensibilizam os resultados e, tudo isso, projetado para um horizonte de 30 anos.

Nas previsões, dentre os principais elementos, leva-se em conta a legislação vigente, benefícios admissíveis, massa de segurados, expectativas de vida e, usualmente, as seguintes variáveis de ponderação: tábua de mortalidade, tábua de invalidez, taxa de *turn-over*, previsibilidade de crescimento real do salário, inexistência de solidariedade de gerações no financiamento dos benefícios, arbitramento de uma idade para início dos trabalhos, taxa real de retorno na aplicação do patrimônio financeiro e indexador do sistema atuarial. Ao final, o que se tem é uma previsão que expressa o montante, em valor presente, do que o sistema previdenciário deveria ter em caixa para saldar de uma só vez todo o estoque de benefícios existentes.

Os quadros seguintes apresentam a posição, em 31/12/2013, da provisão matemática de benefícios do FUNPREV e do BAPREV, respectivamente.

Provisão Matemática de Benefícios
Posição em 31/12/2013

FUNPREV

R\$ 1.000,00

Benefício	Nº de beneficiários	Valor mensal do benefício	Provisão matemática
Benefícios já concedidos	108.329	327.442	76.922.726
Aposentadorias	88.003	280.920	65.986.805
Pensão por morte	20.326	46.522	10.935.921
Benefícios a conceder	119.527	539.089	44.359.614
Aposentadorias e Pensões	119.527	539.089	44.359.614
Total do Passivo Atuarial	-	-	121.282.340

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial – ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

BAPREV

R\$ 1.000,00

Benefício	Nº de beneficiários	Valor mensal do benefício	Provisão matemática
Benefícios já concedidos	21	50	10.049
Pensão por morte	16	36	7.554
Aposentadorias	5	14	2.495
Benefícios a conceder	15.434	52.738	317.138
Aposentadorias e Pensões	15.434	52.738	317.138
Total do Passivo Atuarial	-	-	327.187

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial – ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

O Fundo de Previdência é representado pelo valor patrimonial acumulado para fazer frente aos pagamentos dos benefícios já concedidos e a conceder. O FUNPREV e o BAPREV apresentavam, em 31/12/2013, respectivamente, a situação descrita nos quadros seguintes.

FUNPREV

R\$ 1.000,00

Item	Valor
Fundo de Previdência	88.942
Provisão Matemática	121.282.341
Outros Créditos	121.193.399
Equilíbrio Técnico	0

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial – ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

BAPREV

R\$ 1.000,00

Item	Valor
Fundo de Previdência	674.844
Provisão Matemática	327.187
Superávit Técnico Total	347.657

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial - ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

A reserva matemática representa o montante de recursos necessários para manutenção dos benefícios aos níveis atuais de contribuição. Diante da existência de *déficit* técnico, a sua cobertura deverá ser feita ao longo do tempo, através das contribuições dos beneficiários, da contribuição patronal e por aportes adicionais do Tesouro, em valores crescentes, o que já vem ocorrendo com o FUNPREV, conforme demonstrado no quadro de receita e despesa dos fundos previdenciários, sob o título Repasses do Tesouro Estadual.

ANEXO II - F1
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
METAS ANUAIS
(Art. 4º, § 2º, inciso V da LC nº 101/00)

Tributo	Modalidade	Programa	2015	2016	2017	Território de Identidade	Compensação*
ICMS	Crédito presumido	Informática	1.950	2.018	2.089	Metropolitano de Salvador e Litoral Sul	
ICMS	Crédito presumido	FazBahia	16.904	17.496	18.108	Estado	
ICMS	Crédito presumido	Programa de Desenvolvimento do Algodão - Proalba	41.477	42.928	44.431	Oeste Baiano	
ICMS	Financeiro e crédito presumido	Programa Automotivo da Bahia - Proauto	658.562	681.612	705.468	Metropolitano de Salvador	
ICMS	Crédito presumido e redução da base de cálculo	Outros de Natureza Fiscal	107.417	111.177	115.068	Estado	
ICMS	Dilatação de pagamento e financeiro	Programa de Desenvolvimento Industrial e Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve	2.387.053	2.470.600	2.557.071	Estado	
Total			3.213.363	3.325.831	3.442.235		

Fonte: Sefaz / SAT / DPF

Notas:

1. O cálculo teve como parâmetro a renúncia prevista e efetiva de 2013;
2. Para o Desenvolve, considerou-se a média de renúncia por empresa no 3º quadrimestre de 2013 mais um incremento relacionado ao número de empresas beneficiárias deste programa, que se tornou a principal ferramenta de atração e ampliação de empresas industriais do Estado;
3. Para o Proauto, tomou-se a renúncia da principal empresa beneficiária do programa em 2013, em que operou, praticamente, na sua capacidade plena, e projetou-se um crescimento de 3,5% para os próximos anos relacionado às vendas no mercado nacional, uma vez que não há renúncia nas exportações;
4. Os benefícios da principal empresa do Proauto encerram em dezembro de 2014, porém, optou-se por manter a previsão de renúncia para os próximos exercícios, já que a empresa está em processo de negociação para renovação dos incentivos, dependendo apenas da convalidação dos mesmos no âmbito do CONFAZ.
5. Para os anos seguintes a 2014, considerou-se um incremento anual de 3,5%.

Com relação às medidas de compensação à renúncia de receita, vale ressaltar que, na estimativa das receitas orçamentárias para o exercício de 2015, estas renúncias já foram expurgadas para o cálculo dos tributos correspondentes e, desse modo, não se observará impacto na receita.

Quanto à compensação para as despesas obrigatórias de caráter continuado, esta se dará pela ampliação da base de cálculo refletida pelo crescimento real da atividade econômica, cujo cálculo está explicitado no Anexo II - F2 das Metas Anuais desta proposta.

ANEXO II - F2
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
METAS ANUAIS
(Art. 4º, § 2º, inciso V da LC nº 101/00)

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

		R\$ 1.000,00
Evento		Valor Previsto 2015
Aumento Permanente da Receita		1.477.602
<i>(-) Aumento referente a transferências constitucionais</i>		369.401
<i>(-) Aumento referente a transferências do Fundeb</i>		221.640
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		886.561
Margem Bruta	(II) = (I)	886.561
Saldo Utilizado da Margem Bruta	(III)	883.731
<i>Impacto de novas despesas obrigatórias de caráter continuado</i>		286.006
<i>Impacto do aumento do salário mínimo</i>		597.725
Margem Líquida de Expansão de DOCC	(IV) = (II) - (III)	2.830

Fonte: Seplan / Saeb

Como exigência introduzida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, essa estimativa busca assegurar que nenhuma despesa classificada como obrigatória de caráter continuado seja criada sem a devida fonte de financiamento responsável por sua integral cobertura. Conforme o art. 17 da referida Lei, considera-se despesa obrigatória de caráter continuado aquela de natureza corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o Estado a obrigação de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Para o exercício de 2015, a referida cobertura ocorrerá pelo aumento permanente de receita, considerando o crescimento real da atividade econômica refletido diretamente na arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Para esta apuração foram considerados: como taxa de crescimento esperada para o PIB/Ba, 3,5%, e como expectativa de inflação média, 5,1%. A margem para cobertura obtida, excluídas as transferências obrigatórias, foi de R\$886,6 milhões.

Considerando R\$597,7 milhões como impacto relativo ao aumento do salário mínimo e R\$286,0 milhões relativo a novas despesas de pessoal, obtém-se um saldo líquido de R\$2,8 milhões, conforme demonstrado no quadro acima.